

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

QUANDO A PAISAGEM SE TORNA RETÓRICA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PATRIMONIALIZAÇÃO URBANA NO BRASIL

Ricardo Pinto (ricardocosta.p.arq@gmail.com)

Camila Ferreira De Oliveira Souza (camilasfg@live.com)

Ana Elisabete De Almeida Medeiros (ana@unb.br)

Nos processos de patrimonialização urbana, a paisagem tem sido frequentemente mobilizada de forma restritiva, reduzida a atributo visual ou à noção genérica de ambiência associada aos bens protegidos. Tal leitura limita a compreensão de suas múltiplas dimensões históricas, sociais e territoriais, obscurecendo o papel estruturante da paisagem na morfogênese das cidades

históricas. Partindo da compreensão da paisagem como construção relacional, resultante da interação entre sociedade, natureza e processos históricos, esta pesquisa sustenta que a persistência dessas abordagens reducionistas compromete o potencial analítico e operativo da paisagem nos processos de reconhecimento, gestão e intervenção sobre o patrimônio urbano.

Tal redução contrasta com as leituras formuladas por autores que, desde o século XIX, compreendem a paisagem como um processo em permanente construção. Em Goethe (1749–1832), a paisagem é entendida como processo, no qual espaço, tempo e experiência são indissociáveis; em Simmel (1858–1918), como síntese cultural produzida pela experiência do observador. Essa tradição fundamenta abordagens integradas da paisagem, como a Historic Urban Landscape (HUL) (UNESCO, 2011), que propõe a leitura das cidades históricas como sistemas estratificados de componentes naturais, materiais e culturais.

No contexto brasileiro, a assimilação da paisagem como categoria relacional ainda é incipiente. Os dispositivos institucionais existentes — o valor paisagístico associado ao Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (1938) e a Chancela da Paisagem Cultural (2009) — operam de modo limitado e pouco integrado às dinâmicas das cidades históricas. Essa configuração tem gerado descon continuidades na preservação das paisagens urbanas, frequentemente subordinadas à lógica arquitetônica do tombamento. Diante desse cenário, a abordagem da Paisagem Urbano-Histórica (Historic Urban Landscape – HUL) configura-se como alternativa metodológica para superar leituras fragmentadas, ao reafirmar a paisagem como estrutura relacional do espaço urbano histórico, ainda pouco assimilada no país, apesar de não constituir categoria formal de reconhecimento.

Apesar do distanciamento ao HUL, em 2025 o IPHAN publicou um instrumento técnico-normativo voltado à formulação de diretrizes de preservação, intitulado: Normas de Preservação para Bens Tombados em Contextos Urbanos e tem como abordagem metodológica a Matriz de Referência para Normas de Preservação. Porém, a atuação dessa ferramenta limita-se a poligonal tombada e apesar de representar um avanço, permanece pontual e não incorpora a dimensão paisagística, o que reforça a necessidade de superar a paisagem como recurso meramente retórico afirmando-a como estratégia das políticas patrimoniais.

Para investigar a operacionalização da paisagem nos processos de patrimonialização, a pesquisa analisa Brasília (DF), onde a paisagem planejada do Plano Piloto é reconhecida, mas a gestão da poligonal de entorno mantém uma lógica predominantemente visual, e Ouro Preto (MG), cuja tessitura colonial se articula à topografia e às vistas panorâmicas, embora seus elementos estruturantes de paisagem permaneçam pouco explicitados nos instrumentos de gestão. O artigo examina os instrumentos federais de gestão da dimensão paisagística, identificando suas limitações na patrimonialização dos bens paisagísticos, por meio de análise comparativa entre a abordagem da Paisagem Urbano-Histórica (HUL) e a Matriz de Referência do IPHAN, com base em levantamento bibliográfico, histórico e fotográfico sobre o patrimônio brasileiro e a paisagem urbana histórica.

Palavras-chave: patrimônio; paisagem; hul; iphan; centro histórico.